

FHS deve regular atendimento a parturientes

Fundação Hospitalar de Saúde deve começar a partir de dezembro deste ano desenvolver uma melhor regulamentação

Fábio Brito

A Fundação Hospitalar de Saúde (FHS) deverá começar, no dia 1º de dezembro deste ano, a desenvolver uma melhor regulação no atendimento de parturientes no Estado de Sergipe. A informação foi passada ontem, 13, por representantes da entidade, em uma audiência que aconteceu no Ministério Público Estadual (MPE). A nova regulação visa a participação efetiva e completa das maternidades regionais do Estado, tendo como

consequência uma diminuição na superlotação da Maternidade Nossa Senhora de Lourdes. A adequação acontece, principalmente, devido a uma liminar judicial, gerada a pedido do MPE, através de uma Ação Civil Pública (ACP) em agosto deste ano.

“O MPE moveu uma Ação Civil Pública em agosto, pedindo que o Estado fizesse a regulação dos leitos maternos e infantil, para que não houvesse a peregrinação dessas parturientes das maternidades regionais para a capital. Hoje o Estado informou que o serviço de regulação passará a funcionar a partir do dia 1º de dezembro, e que já

“

Ministério Público moveu Ação Civil Pública em agosto”

Euza Missano |
Promotora de Justiça

houve uma diminuição inclusive na superlotação da Maternidade Nossa Senhora de Lourdes, mesmo antes da implementação. Foi informa-

do também que está em funcionamento o serviço de triagem praticado por um enfermeiro, que também foi uma determinação judicial através da liminar”, ressaltou a promotora de justiça, Euza Missano.

Ela acrescentou que, diante das informações apresentadas pela FHS, o MPE irá incluir nos autos aquilo que for necessário, além das informações que foram prestadas pelo Sindicato dos Enfermeiros, que a Maternidade ainda apresenta problemas, inclusive com o fechamento de plantões esporádicos. “Nós vamos levar a cópia da ata de hoje ao diretor do Centro de Apoio Operacional do MPE, para que

ele faça uma análise e que encaminhe aos colegas das regionais do MPE para a adoção de providências, porque nós não vamos conseguir fazer a regulação dos leitos materno infantil e diminuir a superlotação na capital se as maternidades regionais não estiverem em pleno funcionamento”, afirmou.

• Atendimento

A tesoureira do Sindicato dos Enfermeiros do Estado de Sergipe, Shirley Morales, falou sobre a necessidade de uma fiscalização no atendimento dos hospitais do Interior. “Queremos aqui, como Sindicato dos Enfermeiros,

garantir que as parturientes terão, sim, o atendimento necessário, acolhidas por um profissional com a capacidade técnica para isso, como um enfermeiro. O que temos no interior é que a maior parte da fiscalização neste sentido se concentra na Grande Aracaju, quando a grande problemática, se a gente for avaliar, é justamente no interior do Estado. Temos uma assistência deficiente, principalmente devido às condições de trabalho, até a própria ambientação hospitalar dessas unidades, que deixam muito a desejar, há também a falta de profissionais médicos, entre outros problemas”, completou.